na hipótese de o valor dos bens ou direitos ser suficiente para a garantia integral do débito acrescida dos encargos previstos na legislação específica.

Art. 7º A PGE disciplinará o procedimento administrativo de oferta de garantia antecipada, inclusive quanto à documentação necessária à instrução do pedido, observadas as normas estabelecidas neste Decreto.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 28 de setembro de 2020.

CARLOS MOISÉS DA SILVA

Juliano Batalha Chiodelli
Alisson de Bom de Souza

Cod. Mat.: 693511

DECRETO Nº 869, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020

Estabelece procedimentos para a operacionalização das ações emergenciais realizadas com recursos recebidos na forma estabelecida na Lei federal nº 14.017, de 2020, e no Decreto federal nº 10.464, de 2020.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições privativas que lhe conferem os incisos I, III e IV, alínea "a", do art. 71 da Constituição do Estado e de acordo com o que consta nos autos do processo nº FCC 2046/2020,

DECRETA:

Art. 1º Ficam estabelecidos, no âmbito do Poder Executivo Estadual, procedimentos para a operacionalização das ações emergenciais destinadas ao setor cultural, a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo federal nº 6, de 20 de março de 2020, em atendimento à Lei federal nº 14.017, de 29 de junho de 2020, e ao Decreto federal nº 10.464, de 17 de agosto de 2020.

Parágrafo único. Os pagamentos relativos às ações emergenciais mencionadas no *caput* deste artigo devem respeitar o limite dos recursos repassados ao Estado pela União para tais finalidades.

Art. 2º Os recursos serão geridos pela Fundação Catarinense de Cultura (FCC) e transferidos aos beneficiários de forma descentralizada conforme o recebimento efetivado por intermédio da Plataforma +Brasil, instituída pelo Decreto federal nº 10.035, de 1º de outubro de 2019.

§ 1º A FCC dará ampla transparência à destinação dos recursos por meio de divulgação de informações em seu *site* oficial.

§ 2º Poderão pleitear os recursos aqueles que atenderem às exigências previstas na legislação e nos editais publicados pela FCC, à qual compete destinar recursos:

I – às pessoas físicas que comprovem possuir residência ou domicílio no Estado de Santa Catarina; e

II – às pessoas jurídicas que possuem sede ou representação atuante e reconhecida no Estado de Santa Catarina.

§ 3º Para pagamento da renda emergencial na forma dos incisos I e III do *caput* do art. 2º do Decreto federal nº 10.464, de 2020, além da autodeclaração e da documentação exemplificativa constantes do Anexo II do mesmo diploma, a FCC poderá requerer documentos suplementares, bem como firmar termos de cooperação técnica com órgãos estaduais e municipais com vistas à consulta de bases de dados mencionada no § 5º do art. 2º do mesmo Decreto federal.

Art. 3º O Cadastro Estadual de Cultura a que se referem o inciso I do § 1º do art. 7º da Lei federal nº 14.017, de 2020, e o inciso I do *caput* do art. 6º do Decreto federal nº 10.464, de 2020, será a Plataforma MapaCulturalSC (www.mapacultural.sc.gov.br), que é integrante do Sistema Estadual de Informações e Indicadores Culturais.

§ 1º O acesso à Plataforma para utilização da base de dados mencionada no *caput* deste artigo somente será autorizado mediante prévia celebração do Termo de Cooperação Técnica com a FCC e cumprimento das cláusulas dele constantes.

§ 2º Os dados utilizados devem ser adstritos aos fins delimitados neste Decreto, exclusivamente para viabilizar o repasse dos recursos em conformidade com a Lei federal nº 14.017, de 2020.

§ 3º A FCC dará suporte aos gestores para utilização da Plataforma conforme o disposto no § 1º deste artigo e divulgará previamente o calendário de suas ações em seu *site* oficial.

Art. 4º Os trabalhadores e trabalhadoras da cultura, agentes e espaços pleiteantes dos benefícios estaduais estabelecidos no inciso I do *caput* do art. 2º da Lei federal nº 14.017, de 2020, deverão possuir cadastro na Plataforma mencionada no art. 3º deste Decreto devidamente homologado pela FCC.

§ 1º A FCC realizará, por amostragem, procedimentos para verificação da veracidade das informações prestadas.

§ 2º O beneficiário que prestar informações incorretas e/ou irregulares fica sujeito à devolução dos recursos, atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) e acrescidos de juros de mora de 1% ao mês, sem prejuízo da comunicação à autoridade policial ou ao Ministério Público com vistas à apuração de improbidade administrativa ou infração penal.

§ 3º Constatada a prática de pagamento indevido, será instaurado processo para adoção de providências administrativas para ressarcimento ao erário e, quando for o caso, tomada de contas especial.

Art. 5º A solicitação da renda emergencial aos trabalhadores e trabalhadoras da cultura de que trata o inciso I do *caput* do art. 2º da Lei federal nº 14.017, de 2020, deverá ser realizada exclusivamente pela Plataforma MapaCulturalSC.

§ 1º A Plataforma MapaCulturalSC ficará aberta para todas as solicitações da renda mencionada no *caput* deste artigo realizadas durante o período estabelecido em calendário publicado pela FCC em seu *site* oficial e no Diário Oficial do Estado (DOE).

§ 2º A FCC dará publicidade à relação dos inscritos e ao resultado de classificação em seu *site* oficial <www.cultura.sc.gov.br>.

§ 3º Caberá impugnação aos pedidos e às decisões por qualquer cidadão, observado o prazo de 10 (dez) dias contados da data de sua divulgação.

§ 4º As solicitações e impugnações serão analisadas pela ordem de protocolo, e o benefício só poderá ser concedido mediante a emissão de parecer técnico favorável, respeitada a disponibilidade financeira.

§ 5º Os pagamentos observarão a ordem de deferimento do pedido.

Art. 6º Compete à FCC elaborar e publicar editais, chamadas públicas ou outros instrumentos aplicáveis à execução de programas de apoio e financiamento à cultura já existentes ou à criação de programas específicos.

Art. 7º Os editais, chamamentos públicos e instrumentos congêneres destinados ao repasse de recurso mencionados no inciso III do *caput* do art. 2º da Lei federal nº 14.017, de 2020, poderão estabelecer, conforme o caso:

I – a substituição do instrumento de contrato pelo aceite do termo de adesão e pela nota de empenho; e

II – a convocação para que seja apresentada a documentação relativa à habilitação depois de divulgado o resultado de classificação.

Art. 8º Para execução das ações emergenciais, serão considerados válidos os documentos que, na data de 18 de março de 2020, tiverem comprovado:

I – no caso de celebração de termo de colaboração ou de fomento, as exigências relativas às regularidades de que tratam os incisos II e III do *caput* do art. 22 do Decreto nº 1.196, de 21 de junho de 2017; e

II – no caso de contratações regidas pela Lei federal nº 8.666, de 1993, a regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante.

Art. 9º Os recursos revertidos ao Estado em atendimento ao disposto no § 2º do art. 3º da Lei federal nº 14.017, de 2020, poderão ser destinados à execução das

ações emergenciais objeto de novos editais ou de editais já publicados a partir da vigência da mencionada Lei.

Art. 10. Os rendimentos dos recursos disponibilizados ao Estado de Santa Catarina nos termos da Lei federal nº 14.017, de 2020, deverão ser integralmente aplicados conforme exigido pela legislação, e fica vedada a sua utilização para outros fins.

Art. 11. Fica a FCC autorizada a expedir normas complementares necessárias à fiel execução deste Decreto, da Lei federal nº 14.017, de 2020, e do Decreto federal nº 10.464, de 2020.

Art. 12. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 28 de setembro de 2020.

CARLOS MOISÉS DA SILVA

Juliano Batalha Chiodelli

Cod. Mat.: 693514

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, resolve baixar os seguintes atos:

ATO nº 1519 / 2020

FAZER CESSAR, conforme processo nº SCC 13376/2020, os efeitos do Ato nº 1144, publicado em 03/05/19, que colocou à disposição da ALESC, KATIA SIMONE ANTUNES SCHALLENBERGER, mat. nº 323.805-9-02, lotada na SES, a contar de 01/10/2020.

ATO nº 1520 / 2020

PRORROGAR, de acordo com o Decreto nº 336/2019 e o Termo de Cooperação Técnica nº 23/2012, celebrado entre o MPSC e o Estado de SC, conforme processo nº PCSC 90048/2020, os efeitos dos Atos abaixo listados, que colocaram à disposição do Ministério Público do Estado de Santa Catarina - MPSC, para compor o GAECO, os servidores também relacionados, ocupantes do cargo de AGENTE DE POLICIA CIVIL, lotados na PCSC, pelo período de 18/09/2020 a 31/12/2022:

Ato nº 865, publicado em 09/06/20:

GUILHERME AUGUSTO PASA, mat. nº 971.620-3-02;

Ato nº 1388, publicado em 04/06/19, prorrogado pelo Ato nº 151, publicado em 23/01/20:

PAULO CRISTIANO DUTRA, mat. nº 372.844-7-02;

Ato nº 877, publicado em 09/06/20:

CARIN SILENE CARLIN DO PRADO ALVARIZA, mat. nº 346.707-4-02; NEYLSON ALVARIZA, mat. nº 322.859-2-01.

ATO nº 1529 / 2020

AUTORIZAR, de acordo com o art. 2º, inciso II, do Decreto nº 879/2012 e conforme processo nº PCSC 90596/2020, o servidor JOHN VIEIRA, matrícula nº 928.378-1-02, ocupante do cargo DELEGADO DE POLICIA DE ENTRANCIA INICIAL, lotado na PCSC, a se ausentar do país para participar da capacitação "Unidade de intervenção no âmbito da luta anti terrorista", na França, no período de 05/10/2020 a 16/10/2020, com ônus limitado ao Estado, que implica apenas em vencimento ou salário e demais vantagens do cargo, função ou emprego.

ATO nº 1534 / 2020

FAZER CESSAR, conforme processo nº DSUST 5335/2020, os efeitos do Ato nº 2154, publicado em 12/09/19, que colocou à disposição da SDE/Procon, ISNANDO BEZERRA DE MELLO FILHO, mat. nº 235.554-0-01, lotado na SAP, a contar de 01/10/2020.

ATO nº 1535 / 2020

RECEBER À DISPOSIÇÃO, para atuar na SES, de acordo com o Decreto nº 336/2019, conforme processo nº SES 116736/2019, MARTA VARELLA SERAPIAO, CPF nº 071.356.087-80, ocupante do cargo de Nutricionista, lotada no Governo do Estado do Rio de Janeiro, com ônus da remuneração e encargos patronais ressarcidos à origem, até 31/12/2022.

ATO nº 1536 / 2020

ALTERAR, conforme processo nº PSFS 3777/2020, no Ato nº 967, publicado em 12/04/19, com alterações posteriores, que colocou à disposição da SCPAR Porto de São Francisco do Sul S.A., LINDOMAR DE SOUZA DUTRA, mat. 334.423-1-02, lotado na SIE, a parte referente ao ônus, que deverá ser sem ônus para o órgão de origem, a contar de 01/09/2020.

ATO nº 1538 / 2020

COLOCAR À DISPOSIÇÃO, da CGE, de acordo com o Decreto